



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ALEXIA MARIA DOS SANTOS SILVA

CONEXÕES DA LITERATURA NA INFÂNCIA ESCOLAR E A NEGRITUDE A PARTIR
DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES

RECIFE
2023

ALEXIA MARIA DOS SANTOS SILVA

CONEXÕES DA LITERATURA NA INFÂNCIA ESCOLAR E A NEGRITUDE A PARTIR
DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção
do título de Pedagoga, sob a orientação da Profa
Dra. Auxiliadora Maria Martins da Silva

RECIFE
2023

CONEXÕES DA LITERATURA NA INFÂNCIA ESCOLAR E A NEGRITUDE, A PARTIR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES

Alexia Maria dos Santos Silva
Auxiliadora Maria Martins da Silva

RESUMO

Este artigo surge como resultado de uma pesquisa para o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Pernambuco. Seu objetivo é analisar como as práticas pedagógicas dos professores da educação infantil influenciam na construção da identidade das crianças negras por meio da literatura. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, utilizando dos instrumentos de observação e entrevista semiestruturada aplicada às professoras. Utilizamos como campo de estudo um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no município de Recife. Identificamos dificuldades na efetivação da Lei 10.639/03 por meio das práticas educativas dos docentes. Além disso, reconhecemos a precarização do suporte oferecido pelo município pelas ausências de formação continuada de professores sobre essa temática. Constatamos uma maior participação e animação das crianças quando elas se reconhecem nos personagens dos livros que são utilizados pelos professores em sala. Conclui-se que é necessário um debate urgente sobre como acontece a formação desses profissionais da educação dentro das universidades e como as consequências dessa demanda estão atingindo as crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação das Relações Étnico-Raciais; Construção da Identidade Negra; Literatura infantil; Lei 10.639/03.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão da identidade vem ganhando força por ser um assunto cada vez mais pesquisado e debatido na atualidade. Essa reflexão aponta sua construção por meio de interações dos indivíduos e os diversos espaços ao qual estão inseridos, sendo a escola a primeira instituição social em que a criança é colocada e permanece nela durante toda sua infância, pré-adolescência e adolescência. Logo, a escola adquire um papel fundamental no processo de construção da identidade. Dentro desse espaço é constituída a produção de saberes, experiências e inter-relações que irão trazer representações sobre si e sobre o outro, mas esses modelos já possuem estruturas pré-estabelecidas que ditam como ocorre o funcionamento da instituição.

Acreditando no papel essencial que a escola deve assumir no combate às discriminações e fortalecimento da diversidade cultural, social e racial, é de interesse deste trabalho perceber como a educação das relações étnico-raciais está sendo trabalhada na educação infantil. Quais as práticas pedagógicas adotadas pelos professores que contribuem para o respeito e valorização da diversidade racial desde a infância, sabendo que nas creches e pré-escolas também já devem se construir a educação das relações raciais.

A Lei 10.639/03 foi uma grande conquista resultante de uma profunda luta do Movimento Negro e grupos Antirracistas, por reivindicações de direitos que tinham como objetivo superar o racismo e agregar novos conhecimentos acerca das relações étnico-raciais na educação brasileira. Uma das principais consequências dessa efetivação, é a mudança na postura das escolas e dos educadores responsáveis por garantir que a lei seja cumprida.

O interesse no presente trabalho se manifestou através da trajetória acadêmica da autora, que no decorrer de sua formação precisou lembrar algumas vivências da época escolar e percebeu que, quando comparadas aos dias atuais, não houve tantas mudanças quanto deveria, logo, muitas estruturas e situações se mantiveram da mesma forma.

A pesquisa surge a partir da compreensão da importância que o papel do educador exerce na construção de uma identidade social, cultural, étnico-racial e política nas crianças da educação infantil e na compreensão da diversidade dentro e fora do processo educacional. Essas ações pedagógicas devem ser baseadas em uma pedagogia que promova vivências de aprendizagem, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Trabalhando dentro das salas de aula da educação infantil nota-se que os personagens dos livros utilizados pelos professores, as imagens apresentadas às crianças e disponibilizadas no espaço da sala de aula são majoritariamente de crianças brancas, por quê? Além do não

reconhecimento das crianças como pessoas negras ou até mesmo uma negação, pois se veem como “pessoas morenas”.

Para o campo acadêmico, essa pesquisa se apresenta como um fortalecimento das demais acerca dessa temática que envolve as Relações Étnico-Raciais e a Educação Infantil, que apesar de ser tão significativa continua sendo negligenciada atualmente. Tentando despertar novos olhares para a importância sociocultural da valorização da história afro brasileira e africana.

Já na sociedade, a relevância se dá a fim de propagar o reconhecimento de questões étnico-raciais e sua importância nas relações coletivas e individuais, trabalhando a conscientização da luta contra o preconceito racial, construção identitária e vivências que se originam de uma estrutura social que privilegia um grupo e marginaliza outro. Dessa forma, a pesquisa busca colaborar com a construção de uma sociedade mais plural, orgulhosa e resistente.

Em algumas das observações realizadas nos estágios supervisionados, foi possível perceber comentários e atitudes preconceituosas dos funcionários em relação à cor ou características físicas das crianças, além de um problema com a falta de identidade delas. Esses profissionais deveriam estar assumindo uma postura de combate a esses preconceitos e estereótipos, não de propagação desse comportamento. Sendo assim, neste estudo procura-se compreender se os professores trabalham através de livros da literatura infantil a percepção de cor da pele e diferenças de etnias desde os anos iniciais da educação básica.

Na educação infantil a criança desenvolve características que irão acompanhá-la por toda a vida, pois como afirma Cavalleiro (2014) é nessa etapa que acontece a primeira socialização do indivíduo, através da interação com outras crianças e adultos, que será aprendido atitudes, opiniões e valores da sociedade, além da integração de seu grupo social. A escola tem o compromisso de trabalhar a herança cultural e aceitação de sua identidade, uma das formas de se fazer isso é utilizar histórias com protagonismo negro que gere uma representatividade nas crianças. É de grande importância essa valorização, pois as relações sociais estruturadas no País foram baseadas na superioridade do branco e inferioridade do negro.

Mediante todas essas inquietações acima, tem-se como pergunta norteadora deste trabalho: como a escolha dos livros infantis realizada pelos professores da educação infantil pode influenciar e impactar na construção da identidade das crianças negras?

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar como o uso da literatura infantil pelos professores pode influenciar na construção da identidade das crianças negras durante a

educação infantil. Para alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos baseiam-se três pontos: especificar o acervo de literatura infantil disponibilizado na creche para professores e estudantes; identificar quais critérios são utilizados pelos professores para escolherem um livro que será trabalhado na educação infantil e descrever as práticas pedagógicas de uso da literatura infantil pelos professores que podem influenciar na construção da identidade das crianças negras durante a educação infantil.

O artigo encontra-se dividido em seis partes, a introdução, em seguida a fundamentação teórica, que está subdividida em: Movimentos sociais negros na luta pela Educação; Histórico da promulgação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER); Educação Infantil e Relações Étnico-raciais e a importância da Literatura na Educação Infantil. Na segunda parte está a metodologia, depois a análise e discussão dos dados que também está subdividida em: Descrição das salas de aula e materiais didáticos; Identificação dos participantes; Acervo Bibliográfico; Lei 10.639/03 e Formação dos Professores; Planejamento e escolha dos Livros Literários e as Práticas Pedagógicas dos docentes em relação à construção da identidade das crianças negras. Por último, encontram-se as considerações finais e referências em que o artigo está baseado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Movimentos sociais negros na luta pela Educação

Na sociedade brasileira, o povo negro tem sua história marcada pela exclusão dentro dos espaços educativos, culturais, de poder e representação. Apesar dos avanços existentes ao longo do tempo, essa desigualdade nunca foi integralmente superada, muito ainda precisa ser conquistado para que a comunidade tenha seus direitos garantidos e legitimados. De acordo com o IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada em 2019 apontava que o analfabetismo é três vezes maior entre os negros, principalmente para as pessoas com mais de 60 anos. Por esse e outros motivos, o acesso à educação sempre foi um dos principais pontos de luta do grupo criado em 1978, o Movimento Negro Unificado, juntamente com racismo e cultura negra (Santos, 2005).

É importante destacar que os direitos reconhecidos não são “acaso”, “generosidade” ou ocorreu de forma pacífica, pelo contrário, são o resultado de uma intensa luta dos grupos antirracistas e do Movimento Negro, como a Lei nº10.639 que foi sancionada em janeiro de 2003 e altera a Lei 9.394/96 da LDB, onde se estabelece a obrigatoriedade do ensino da

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação e também inclui no calendário escolar o “Dia Nacional da Consciência Negra” como 20 de novembro. Outra conquista foi a Lei nº 12.711/12 que foi sancionada em agosto de 2012, a conhecida Lei de Cotas foi um dos motivos para o aumento do número de pessoas negras ingressando no ensino superior (Sabino; Calbino; Lima, 2022).

Assim como essa, outras ações afirmativas de valorização e reparação foram sendo criadas pelo governo federal para consolidar as fortes campanhas por uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, essas leis objetivam dar visibilidade às vozes silenciadas, desconstruindo os estereótipos raciais de conteúdos eurocêntricos, respeitando uma base crítica, multi e intercultural (Munanga, 2015).

Como afirma no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais (DCNERER): “é preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros” (Brasil, 2004, p. 14). Sendo assim, é necessária uma reeducação sobre as relações étnico-raciais no País e a quebra das barreiras que foram construídas por meio do racismo, intolerância e discriminação. Compreendendo a importância dessa reeducação, as instituições educativas assumem um importante papel para a transformação social e política dos sujeitos presentes naqueles espaços, através de mecanismos que oportunizem a aprendizagem e a construção de uma sociedade menos discriminatória, e essa sociedade é reflexo dos espaços escolares. Gomes (2001) afirma que é necessário observar os tipos de práticas inseridas dentro dos espaços escolares, visto que as práticas educativas que visam igualar todos acabam sendo as mais discriminatórias.

Ao longo dos anos o Movimento Negro luta por igualdade e respeito étnico, a fim de combater o racismo presente nas relações pessoais e sociais da sociedade brasileira, muitos avanços já foram alcançados graças as recentes e, cada vez mais frequentes, discussões sobre o respeito à diversidade étnica no país. Dialogando com isso, o autor Munanga (2015) traz que o foco deve ser uma educação plural, ou seja, que os sujeitos aprendam e socializem sobre as diferentes identidades de grupos que devem conviver e coexistir em harmonia.

A escola tem grande responsabilidade em eliminar as discriminações e tornar esses grupos emancipados, proporcionando condições para que os conhecimentos cheguem até esses espaços com o objetivo de disseminar aprendizagens sobre diferentes culturas, tradições e grupos étnicos, além da construção de identidades desses indivíduos. Segundo Santos (2005), a discriminação racial surgiu no pós-abolição e nesse mesmo período os negros procuraram formas de melhorar sua posição social, buscando superar a exclusão e

marginalização. Dessa forma, foi utilizada a educação como uma das técnicas para tentar conquistar a tão almejada ascensão social. Devido à discriminação e o racismo ainda serem muito presentes na sociedade brasileira, o acesso e a permanência dos negros nos espaços educacionais ainda continua sendo uma das pautas de reivindicações do Movimento Negro.

Conforme os autores Sabino, Calbino e Lima (2022), a mudança do século XIX para o XX foi marcada pelo grande número de associações negras que atuavam em prol da educação. Essa maior concentração se dava pela necessidade de alfabetização para garantir o direito ao voto e a educação básica gratuita não era obrigatória, logo as associações tentavam amparar por meio de ações educativo-culturais nos espaços que não tinham a presença do Estado. Sendo assim, é possível perceber a educação como ponto-chave dentro dos Movimentos, mesmo que por diferentes motivações:

Ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e, por conseguinte de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direito à diferença e respeito humano (Gonçalves, 2000, p. 337).

Compreendendo a importância desses grandes avanços, muitas outras conquistas precisam ser almeçadas. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sofrer alterações e ser incluída a Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis da Educação Básica pública e privada ser uma grande conquista para a democratização do ensino e o combate ao racismo e discriminação, agora a luta é pela implementação da Lei que se dá de maneira fragilizada.

2.2 Histórico da promulgação da Lei 10.639/03 e das DCNERER

É possível notar com muita clareza a desigualdade social, educacional e cultural na sociedade brasileira. Em 2003, com o surgimento da Lei 10.639 as instituições de ensino público e privado passaram obrigatoriamente a ofertar o ensino da história e da cultura afro-brasileira africana. Mas para essa lei ser realizada em sua totalidade é necessária uma conscientização e mudança de postura dos educadores.

Há anos o ensino da História é pautado em uma educação eurocêntrica, ou seja, a história e cultura da Europa é superior aos outros continentes. Um grande passo para a democratização do ensino é compreender a importância do estudo de história e cultura afro-brasileira dentro da escola, de maneira individual na construção da identidade das crianças negras, e de maneira coletiva, na construção da identidade do povo brasileiro.

De acordo com Rocha (2006), o racismo é entendido como um fenômeno social que está presente de forma concreta na estrutura das relações sociais do país e por mais que tentem negá-lo, é necessário entender que a partir dele surgem as raízes das desigualdades econômicas e sociais do Brasil. E dessa forma, a elite elaborou e utilizou do racismo para justificar a dominação de um grupo sobre o outro.

A partir destas ideias racistas e dominadoras surgiram dois movimentos ideológicos de dominação de classe, isso se dá porque o racismo é um subproduto para a organização da sociedade capitalista e por isso, a desigualdade racial precisa ser entendida com a dinâmica de luta de classes (Rocha, 2006). Os movimentos ideológicos são: dominação racial e democracia racial. O primeiro é definido pela justificativa da escravidão, seu objetivo é defender que os africanos e indígenas eram seres inferiores e por isso era natural que fossem escravizados e tratados como mercadoria (Rocha, 2006).

Já o segundo, nega a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil. O mito da democracia racial declara que existe igualdade no tratamento e nas oportunidades disponibilizadas entre os brancos e negros. Para esse movimento ideológico, não existe discriminação racial contra os negros no Brasil, e propaga os estereótipos, preconceitos e desigualdades construídos sobre esse grupo.

Completando esse pensamento, Gomes (2005) afirma que esse mito da democracia racial atribui o título de “bem-sucedido” a alguns negros que conseguiram ascender socialmente e essa é a justificativa usada para reforçar suas concepções de igualdade de oportunidade, pois se uns conseguiram os outros também conseguem, basta se esforçar. E assim chegar ao discurso da meritocracia, onde todos têm as mesmas oportunidades, independente de classe social ou grupo étnico, o que fará uns se destacar em relação aos outros é o quanto de esforço ele dedicou naquela atividade e dessa forma foi recompensado com o sucesso e o reconhecimento social. Mas a meritocracia não existe na nossa sociedade, essa ideia é utilizada para que a estrutura social de um sistema desigual pareça justo.

Apesar de ser absurdo, muitos brasileiros ainda acreditam no mito da democracia racial e por isso é tão importante que a escola assuma seu papel de desconstruir conceitos e erradicar com práticas preconceituosas em relação aos grupos e suas culturas, diminuindo a discriminação presente na sociedade.

Gomes (2005) afirma que

Se queremos lutar contra o racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como

esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros (Gomes, 2005, p.49).

Por isso é de suma importância que esses conteúdos incluídos no ensino nacional sejam valorizados a fim de modificar a estrutura das relações sociais no Brasil que ainda permeia nossa sociedade, pois são baseadas na ideia de superioridade do branco e inferioridade do negro. Um grande passo dado foi a Lei 10.639/03, que apesar de recentemente completar 20 anos ainda enfrenta entraves significativos à completa implementação da lei.

A lei impõe que em todo currículo escolar esteja presente o ensino afro-brasileiro, principalmente nas áreas de Artes, Literatura e História. Essa é uma forma de tentar resgatar as contribuições sociais, econômicas e culturais do povo negro na construção da história do país. E para que isso ocorra de maneira efetiva, é necessário que as práticas pedagógicas sejam repensadas para alcançar o objetivo de desconstrução de estereótipos e preconceitos historicamente construídos, de maneira que exclui e marginaliza o negro na história do Brasil. Dessa forma, é muito relevante que os professores sejam coerentes na apresentação do negro de maneira positiva, assumam o papel de aliado e fortaleça a educação antirracista, reforçando o protagonismo negro, a identidade negra e sua cultura ancestral.

Conforme Cavalleiro (2001), é necessário positivar o lado negro de cada criança por meio de histórias de resistências, apresentar essas referências na vida familiar e nos livros didáticos vai auxiliar na construção da identidade da criança negra, evitando que ocorra uma rejeição de sua origem racial, ação que infelizmente possui uma certa frequência entre os adultos. Essa rejeição de características afeta a autoestima e autoconfiança desses sujeitos, é criada uma barreira e aversão sobre seu pertencimento e sua própria identidade étnico-racial. É muito comum ver esse comportamento nas mulheres negras em relação ao seu cabelo crespo, desde novas passam por situações de preconceito que as levam a alisar o cabelo, se tornando refém das imposições e procedimentos estéticos que afastam os cuidados e valorização da beleza natural e diversidade dos cabelos afros.

Entendendo essa problemática, a escola é uma instituição que assume o lugar de diálogo com o mundo e deve proporcionar uma celebração do estudo da história e cultura africana e afro-brasileira através de socialização entre pessoas de diversas culturas e vivências. Para evitar um cenário de preconceito e discriminação é importante que a escola promova debates e discussões sobre a temática racial, trazendo diferentes olhares sobre a negritude e a formação histórica brasileira.

A Lei 10.639/03 não veio sozinha, traz consigo um peso institucional que desencadeia outros processos e diretrizes que promovem uma fundamentação para realizar o trabalho de forma estruturada e sistemática em todo o país, bem como a Lei nº 11.645 que foi instituída em março de 2008 e torna obrigatório o ensino da história e da cultura indígena nas escolas do Brasil. Outro exemplo são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esse Plano surgiu como uma estratégia para ajudar a cumprir a implementação efetiva da Lei, em 2004. Esses elementos marcam a luta por uma educação antirracista no Brasil.

Referente à Educação Infantil, o documento afirma que

Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos etnicorraciais para a história e a cultura brasileiras.

Ou seja, o papel da Educação Infantil vai além do cuidado e desenvolvimento socioemocional das crianças. É sua função auxiliar na formação e construção da identidade, aprendizagem e inteligência, mas também é um espaço de combate ao preconceito e discriminação racial, que constrói de maneira coletiva uma sociedade igualitária baseada no respeito e valorização da diversidade.

Como já foi dito, apesar do inegável avanço realizado, as práticas pedagógicas que abordam essas temáticas ainda são muito fragilizadas. O Geledés Instituto da Mulher Negra e o Instituto Alana realizaram um estudo em 2022, com 21% do total de municípios do país e na pesquisa foi confirmada que a Lei 10.639/03 não é praticada em 71% das redes municipais de ensino do país. Nos dados obtidos, 53% realizam ações pontuais normalmente em datas comemorativas e 18% não promovem nenhum momento para cumprimento da lei.

2.3 Educação Infantil e Relações Étnico-raciais

A Educação Infantil consiste no desenvolvimento de capacidades motoras, sociais, emocionais, intelectuais e físicas das crianças de zero a cinco anos de idade. Essa aprendizagem é realizada através de estímulos, jogos, brincadeiras, atividades lúdicas e interações com os outros e com o meio. A Educação Infantil tem a função de cuidado, alimentação, higiene pessoal, brincadeiras e aprendizagens que respeitem o processo de desenvolvimento de cada criança.

Essas aprendizagens são situações pedagógicas intencionais que os professores realizam baseadas nos documentos oficiais. De acordo com a Política de Ensino da Rede

Municipal do Recife para Educação Infantil (2021), as crianças desenvolvem uma interpretação de mundo baseada nos diferentes ambientes e contextos sociais ao qual estão inseridas, isso torna a escola uma instituição plural nos aspectos sociais, culturais, de linguagens e identidades. Além disso, nesse documento um dos direitos de aprendizagem garantidos às crianças é a convivência com adultos e crianças com diferentes culturas e identidades. Dessa forma, é importante que elas tenham contato com diversidades étnicas e culturais, para aprender a aceitar e respeitar as diferentes formas de se expressar, valorizando cada uma delas. É necessário o investimento das escolas na educação das relações étnico-raciais como um forte elemento de contribuição para a construção de valores democráticos.

Esse pensamento coincide com o de Gomes (2002), quando a autora afirma que na escola também é o espaço que se compartilha “valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade”, isso se dá pelo grande papel da escola de formar cidadãos completos e críticos, não apenas estudantes alfabetizados.

Todo o ambiente escolar é pensado e organizado para promover interações e construções de saberes dentro da dinâmica escolar. Segundo Kramer (1998), na prática pedagógica o processo de aprender não se separa do método de ensinar, os dois são indissociáveis e dinâmicos. Por isso, todo o ambiente escolar deve ser organizado e estar predisposto para o mesmo. No espaço destinado à Educação Infantil dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) traz a valorização do desenvolvimento das crianças a partir de experiências com outras crianças e grupos culturais a fim de ampliar os padrões de referência e identidades diversas (Brasil, 2010, p. 26). Dessa forma, os documentos oficiais apresentam orientações que devem ser levadas em consideração para preparar as vivências do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Não é coincidência que o grupo étnico que ocupa as posições sociais mais desfavoráveis sejam também aqueles que sofrem de discriminação racial. Pois, como afirma Bento (2002), “a pobreza tem cor” e não é a branca. Sabe-se que o racismo no Brasil é fortemente marcado pela desigualdade social e a educação não é a solução para todos os problemas, mas é o elemento que ajuda a observar os processos de si e dos outros (Gomes, 2011).

Para uma luta eficaz contra o racismo, é defendido que desde a educação infantil as crianças já sejam cercadas de referências da cultura e história africana e afro-brasileira, em forma de valorização dentro das salas de aula. Seus benefícios vão além da ampliação dos conhecimentos, é uma forma de prevenir algumas formas de violência que as crianças negras

estão expostas, preservando-as. Dessa forma, esses mecanismos podem ser responsáveis por impulsionar algumas transformações na sociedade, através das relações e dos indivíduos (Cavalleiro, 2001).

Outro ponto importante para ser discutido, é que o ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação infantil não será vantajoso apenas para as crianças negras. Além da afirmação de identidades, será formado um grupo de sujeitos sem racismo e que respeita as diferentes etnias. Resultando num ambiente livre e unido na luta da educação antirracista, visto que:

A discriminação racial não é um problema da criança negra, mas uma oportunidade de crianças negras e não negras se conhecerem, discutirem e instaurarem novas formas de relação, que tenham impacto em suas vidas e na sociedade como um todo. (Cavalleiro, 2001 p.106)

É significativo que exista uma preocupação sobre a diversidade étnico-racial que os indivíduos convivem ao longo da vida. Quanto mais cedo as crianças tiverem contato com a multiculturalidade, menos chances existem de se tornarem sujeitos preconceituosos e discriminatórios. Sendo assim, é essencial que a escola e a família compreendam que são responsáveis pela formação integral do indivíduo.

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo o respeito, a promoção do reconhecimento e a valorização da pluralidade de grupos étnico-raciais existentes na sociedade brasileira. Por isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais oferecem políticas de ações afirmativas em forma de reparação histórica, cultural e identitária. Essas ações afirmativas têm como finalidade a correção das desvantagens e marginalização que foi criado e perpetuado para manter a estrutura social excludente. Um exemplo já citado dessas ações é a Lei nº17.711/12, mais conhecida como Lei de Cotas que é responsável por reservar no mínimo 50% das vagas de instituições federais de ensino superior ou técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Há muito tempo está sendo discutida e analisada a formação de professores, existindo a necessidade de essa formação ser continuada e aprofundada na presente temática das relações étnico-raciais. De acordo com a pesquisa realizada por Santos, Paulo e Daxenberger (2014), uma das causas para o não cumprimento da Lei nº 10.639/03 é a falta de formação de professores e práticas pedagógicas voltadas para essa temática. Dessa forma, é urgente a organização de formação para os educadores conquistarem consciência dos impactos causados pela falta de reconhecimento da diversidade étnico-racial.

[...] Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diversas ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar elevado do alunado negro, comparativamente ao alunado branco (Munanga, 2005, p 16.).

Embora as discussões a respeito das relações étnico-raciais continuem sendo negligenciadas por parte dos profissionais de educação, é de extrema importância que as escolas não se isentem do papel de combate ao racismo e preconceito. Para Carvalho (2005), o enfraquecimento da experiência se dá pelo fato dos professores não se perceberem como construtores dos seus conhecimentos, ou seja, é necessário primeiro ter uma dimensão da realidade para se preparar.

As instituições de ensino que promoverem a Educação das Relações Étnico-Raciais terão três princípios bases para conduzir as ações pedagógicas: consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direitos; e ações educativas de combate ao racismo e discriminações (Brasil, 2004, p.18-20). A finalidade destes princípios é a reeducação das instituições educacionais e a comunidade escolar, quanto à temática das relações étnico-raciais. Conscientizando os cidadãos por meio de uma educação antirracista que busca democratizar a sociedade, além de contribuir para a aceitação identitária das crianças, juntamente com o orgulho de sua afro-descendência, suas raízes e influências africanas. “Através da valorização de nossas memórias culturais podemos construir nossa identidade” (Araújo, 2007).

2.4 A importância da Literatura na Educação Infantil

A literatura infantil é um elemento cultural que se expressa em diferentes contextos sociais, educativos, formais e não formais. Por meio de sua estrutura textual é possível perceber quais representações de infância são representadas (Pereira *et al.*, 2017). Existe uma variedade de textos que compõem a literatura infantil, uma verdadeira riqueza de material, entre eles tem os contos, parlendas, mitos, textos poéticos, fábulas, entre outros. Toda essa diversidade cultural de histórias pode ser utilizada pelo educador dentro de sala de aula para trabalhar temáticas pré-estabelecidas com o objetivo de despertar reflexões ou mediações.

A literatura infantil possui uma grande importância na formação do ser humano porque faz parte do universo formativo da criança. Dentro do espaço escolar esse elemento é muito utilizado por professores em diferentes tipos de atividades, principalmente na educação

infantil. Entendendo a importância dos livros, a escola passa a ser um ambiente privilegiado por valorizar o uso desses recursos diariamente para o trabalho pedagógico.

Como citado por Pereira *et al.* (2017), a partir da estrutura dos discursos presentes no texto, é possível perceber e analisar quais modelos estão sendo reproduzidos. Isso se dá pelo cunho pedagógico que os textos literários infantis possuem, através de histórias as crianças aprendem sobre regras sociais e morais, padrões comportamentais e a valorização social. Dessa forma as crianças vão sendo inseridas na sociedade com as transmissões de normas e comportamentos aceitos socialmente (Alcântara, 2010).

Trazendo um breve contexto histórico, a literatura infantil partiu de uma necessidade encontrada por famílias burguesas e teve seu surgimento e ascensão no período do renascimento. A autora declara que

O primeiro repertório de literatura para infância foram as fábulas e os contos de fadas, gêneros que, com a clara marcação da categoria infância, foram devidamente adaptados para “educar” as crianças nos moldes burgueses. Tendo sofrido alterações conforme a necessidade de cada época, os contos sobreviveram como manifestações culturais de diferentes grupos sociais. Os textos sofreram significativas transformações para atender os propósitos pedagógicos da cultura burguesa, que se utilizava da literatura para transmitir e consolidar valores (Alcântara, 2010, p. 15).

Dessa forma a literatura infantil foi criada para ser um intermediário entre a criança e a sociedade, mesmo depois de tantos anos, ele ainda cumpre esse papel. A literatura também ultrapassa os limites sociais e interfere no universo afetivo e emocional da criança, ela se conecta com a história e trabalha as sensações, sentimentos e como lidar com eles.

Marcelli (2021) afirma que um importante elemento pensado pelo autor de um texto literário infantil, deve ser a realidade histórica da criança com sua cultura, ou seja, quando se depara com sua realidade, a criança facilmente estabelece uma conexão afetiva e intelectual. Sendo assim, quando uma criança negra não encontra na história um personagem negro igual a ela, é possível que certa fragilidade ou negatividade seja gerada no seu emocional.

A temática racial é muito importante para apresentar e instruir as crianças acerca de uma diversidade de relações étnico-raciais presentes na sociedade. Os livros lidos dentro e fora de sala de aula vão transpassar a realidade de cada um, e para evitar que muitas crianças se encontrem com uma não identificação com os livros apresentados, é necessário pensar nas relações étnico-raciais que pode estar inserido nessa literatura. Vale ressaltar que as instituições educacionais são espaços de encontro e confronto com a diversidade, dessa forma, é fundamental que estes locais sejam constituídos por uma educação como prática da liberdade (Freire, 1967).

Todorov (2010 *apud* Silva; Santos 2020), afirma que a própria condição humana é o objeto da literatura. Sendo assim, a leitura literária é uma prática sociocultural que possibilita o autoconhecimento e apropriação de diferentes maneiras. Nesse sentido, o trabalho com a literatura infantil vai além do universo das letras e traz a oportunidade de conhecer diferentes realidades.

Por isso, Araújo (2018) concorda que as produções literárias assumam a valorização e reconhecimento da diversidade cultural, social, étnica e racial. Isso já é uma realidade que está caminhando, visto que:

Após a aprovação da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas brasileiras, vê-se no mercado editorial brasileiro a ampliação do número de títulos de livros de literatura infantil que tematizam as relações étnico-raciais (Pereira *et al.*, 2017).

Portanto, houve mudanças significativas na reorganização curricular para realizar um efetivo trabalho pedagógico com a temática étnico-racial, que impactou diretamente nessa produção editorial, gerando mais produtos que valorizem a ancestralidade africana e suas culturas.

Dessa maneira, trazer a temática da diversidade étnica e cultural a partir da literatura infantil, é dar visibilidade às diferenças e apresentar de forma leve um pouco da dimensão sociocultural existente no mundo, favorecendo uma mudança de foco do eurocêntrico para a ótica do plural nas produções infantis. Nesse cenário,

Falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. É perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória. É entender os impactos subjetivos destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola (Gomes, 2007, p. 25).

Quanto à escolha dos livros utilizados em sala, é importante que os educadores tenham consciência dos seus objetivos e metodologias. É necessário construir um caminho que vise diminuir os mecanismos de exclusão e intensificar a valorização da luta e resistência do povo negro. Sobre a educação infantil:

Trabalhar com a diversidade étnico-racial, especialmente na educação infantil, exige sim que o professor assuma um compromisso ético e político. Apesar de haver, nas propostas oficiais, recomendações para que as instituições ofereçam esse tipo de conhecimento, sabemos que o incluir nas práticas pedagógicas é romper com a lógica da reprodução do racismo institucional (Dias, 2011 *apud* Silva; Santos, 2020).

O trabalho com a literatura afro-brasileira no interior dos ambientes educacionais resulta na desconstrução de estereótipos e discriminação contra os negros, dois pontos tão enraizados na nossa sociedade.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa é definida como um estudo de caso, pois investigou uma unidade específica durante um período de tempo e lugar determinado, visando buscar informações importantes para o objeto de estudo da pesquisa (Ventura, 2007). A abordagem metodológica qualitativa é a base desse trabalho, visto que a pesquisadora teve uma experiência direta no campo a fim de compreender e explicar os elementos presentes no espaço e nas relações, elementos esses que não podem ser quantificados.

Para serem alcançados os resultados, os instrumentos de pesquisa utilizados foram: a observação total e entrevista semiestruturada, além do uso de uma base teórica bibliográfica.

De acordo com Lüdke e André (2013) a observação total corresponde à observação realizada pela pesquisadora no campo de estudo, sem fazer nenhuma interferência no local. Realizaram-se os registros escritos, onde os acontecimentos ocorridos no decorrer do período de observação foram descritos nos cadernos de campo utilizados pela pesquisadora. Nestes cadernos passaram a ser detalhadas todas as informações, citações e descrições que a pesquisadora considerou pertinentes para a pesquisa.

Para as entrevistas, a pesquisadora disponibilizou um documento com autorização prévia para as gravações dos áudios dos participantes, que posteriormente foram transcritas e analisadas. A entrevista semi estruturada foi realizada com 2 professoras que estão presentes na instituição, no horário da manhã.

A entrevista realizada é semi estruturada, pois é realizado anteriormente um esquema básico com todos os objetivos, tópicos e perguntas definidas que são questionadas para as entrevistadas. Esse roteiro serviu como uma base para nortear a entrevista, mas ela está aberta a sofrer alterações durante o diálogo. Por meio da entrevista, é possível obter informações dos sujeitos entrevistados de forma intencional e precisa que serão usadas como dados para desenvolver a análise (Neto, 1994).

Minayo (1994) define a análise temática de conteúdo como um conjunto de métodos que analisa as informações, a fim de obter resultados relevantes para a pesquisa. Essa análise de resultados é baseada nos materiais definidos como referencial teórico.

Sendo assim, a pesquisa foi realizada em um CMEI, localizado no Cordeiro, bairro da Região Metropolitana do Recife. O aspecto da motivação que levou à escolha da creche como campo de pesquisa, foi a familiarização prévia com a instituição, tanto no que diz respeito ao contato com a gestora e professores, quanto ao que já chamava atenção diante das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola em relação ao uso da literatura na educação

infantil. O CMEI e as entrevistadas possuem garantia de anonimato e são identificadas como “P1” e “P2”.

A creche conta com turmas de modalidade integral, a instituição comporta um total de 74 crianças de 0 a 4 anos, que se subdividem em cinco grupos: Berçário, Grupo I, Grupo II, Grupo IIIA e Grupo IIIB. O funcionamento da instituição é em horário integral das 7h30 às 17h30.

O estabelecimento possui uma estrutura física adequada às crianças, são: 5 salas de aula; 1 sala para os professores; 1 sala da direção; 1 sala para secretaria; 1 sala para o armazenamento de recursos didáticos (livros, brinquedos e materiais para os professores); 6 banheiros (sendo 3 deles para as crianças); 3 parques, 1 na área coberta, 1 de areia e um de grama (mas os dois últimos estão impossibilitados para uso, por falta de manutenção da Prefeitura); 2 cozinhas; 1 refeitório; 1 gestora; 1 coordenadora; 5 professores CTD's (Contrato por Tempo Determinado); 13 funcionários terceirizados (2 porteiros, 2 seguranças, 3 auxiliares de cozinha, 5 auxiliares de serviço geral e 1 auxiliar de desenvolvimento infantil (ADI); 18 auxiliares de desenvolvimento infantil (4 efetivos e 14 CTD); 2 Agentes de apoio ao desenvolvimento escolar especial (AADEE) e 2 estagiárias. Os funcionários são divididos da seguinte forma: Berçário e Grupo I - 4 ADI's e 1 estagiária; Grupo II - 4 ADI's; Grupo IIIA e IIIB - 3 ADI's e 1 AADEE.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Identificação dos participantes

Quadro 1 - Identificação dos participantes

Participante	Formação	Local de Atuação	Tempo de Atuação	Raça
Professora 1	Graduação em pedagogia Pós - Graduação em Psicomotricidade	Educação Infantil Ensino Fundamental	25 anos	Branca
Professora 2	Magistério Pós - Graduação em Educação Infantil	Educação Infantil	29 anos	Parda

Fonte: Autora, 2023.

As professoras entrevistadas são do quadro de professores contratados da Rede Municipal do Recife. A professora 1 faz parte da Rede há 7 anos, a professora 2 iniciou a

pouco mais de 1 ano. A professora 1 está há 2 anos na instituição que ocorreu a pesquisa, já a professora 2 chegou no final de 2022. As duas são professoras do Grupo III.

4.2 Descrição das salas de aula e materiais didáticos

Um dos pontos observados, além das aulas, foram as atividades que estavam expostas nas paredes das salas dos dois Grupos III. Na sala da Professora 1, percebemos muitas atividades de colagem e pinturas sobre os animais, visto que esse era o tema da semana e um cartaz retangular com muitos contornos de mãos coloridas ao redor, dando uma forte referência às diversas cores de peles existentes, e na parte superior do cartaz estava escrito “TODAS AS CORES SÃO LINDAS”. Na sala da Professora 2, observamos um grande cartaz com o desenho da menina do livro “menina bonita do laço de fita”, onde seu cabelo era feito com rolos de papel higiênico pintados de preto e cortados em espirais, lembrando grandes cachos. Além disso, os demais cartazes que possuíam bonecos, incluíam uma grande diversidade de tons de pele. As duas salas possuíam decorações da chamadinha e dos aniversários das crianças, todas com cores muito chamativas e detalhes de corações e balões.

Nas duas salas os livros que estavam expostos eram todos iguais, de plástico e contavam a história de um cachorro. Os brinquedos disponíveis dentro da sala também eram iguais, um conjunto de peças de montar, uma caixa grande com diversos carros, ursos de pelúcia e peças de lego. Todos os demais livros e brinquedos ficam guardados na sala de recursos.

A respeito da sala de recursos, é um espaço onde se guarda todos os livros e brinquedos, além dos já citados. Em relação aos brinquedos disponíveis na sala, buscamos alguns que pudessem ser utilizados para a realização de uma educação antirracista, visto que os brinquedos e brincadeiras são elementos indispensáveis nessa etapa de ensino. Foram encontrados muitas bonecas e bonecos negros de diferentes tamanhos, uma família de fantoches negros com mãe, pai, filho, filha, avô e avô, além de alguns quebra-cabeças com imagens de pessoas com diferentes tons de pele.

A presença desses brinquedos na unidade escolar é de extrema importância, pois eles assumem o papel de instrumentos que podem e devem ser utilizados no desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades das crianças, além da significativa identificação que geram especialmente nas crianças negras. Por fim, sabe-se que a sala de aula é um reflexo da sociedade em que vivemos, suas crenças, hábitos e valores. Contudo, é necessário que os profissionais de educação realizem uma reflexão acerca da temática racial, para não

reproduzir atitudes discriminatórias e que distancie a educação das práticas antirracistas que visam uma educação plural (Munanga, 2015).

4.3 Acervo Bibliográfico

O acervo bibliográfico da instituição, fica armazenado na “sala de recursos” juntamente com brinquedos e outros materiais para o uso das crianças. Esta sala passou por uma recente mudança para retirar materiais que estavam impossibilitados de uso e incluir os novos que foram enviados pela Prefeitura. Durante o período de observação, foi percebido que a maioria dos livros estava dentro de um saco plástico sem nenhum tipo de identificação. Questionada sobre isso, a coordenadora informou que os livros estavam guardados dessa forma, pois não havia lugar para colocá-los. Porém, quando verificamos os livros eles estavam muito mofados, pois, segundo a coordenadora, nas chuvas de maio de 2022 os livros foram danificados com o alagamento que atingiu a instituição. Ela avisou que iria solicitar que o pessoal da limpeza tentasse restaurar esse material, mas depois de alguns dias informou que foi preciso jogar fora devido à situação que estavam.

Dentre os livros jogados fora estavam “menina bonita do laço de fita”, “O cabelo de Lêlê”, “Obax” e outros que não pudemos analisar, mas foram percebidos personagens negros como protagonistas. Visto que esses livros estavam mofados e guardados a mais de um ano, compreende-se que não eram utilizados com frequência pelos professores em sala de aula. Relacionado a isso, Gomes (2002) afirma a necessidade de analisar a postura dos educadores a partir de suas práticas pedagógicas a fim de cobrar a responsabilidade existente para garantir uma educação antirracista.

Na última semana de observação, chegaram diversos novos materiais enviados pela Prefeitura para reposição, entre eles, um conjunto de dez livros. Os livros “tanto tanto” e “o pequeno príncipe preto” chegaram nessa última remessa. Depois da reforma já citada na sala de recursos, esses novos livros ficam expostos numa pequena prateleira para serem utilizados com as crianças.

A sala de recursos não está liberada somente para o uso dos professores, todo o corpo escolar tem acesso, ADI's, AADEE's e estagiários. A sala fica trancada e a chave pendurada ao lado da porta, pois não é um espaço onde as crianças podem ir sozinhas, sem a supervisão de um adulto. É muito comum que os ADI's e estagiários utilizem dos materiais disponíveis para fazerem atividades e brincadeiras com as crianças no horário da tarde, quando os professores não estão em sala. Além dos livros, a sala de recursos também armazena inúmeros

brinquedos como bonecas, carros, fantoches, animais de pelúcia com filhotes, jogo da memória, quebra cabeça, panelinhas, bolinhas de plástico coloridas, entre outros.

Durante o levantamento de livros disponíveis, foram encontradas duas coleções de livros de pano que costumam ser disponibilizados para os bebês do berçário e crianças do grupo 1. O conteúdo presente em 100% desses livros são os animais e seus respectivos sons. Já nos livros de papel, 95% são relacionados a pessoas e suas demandas. Menos de 5% do acervo analisado possui personagens negros em suas histórias. Entre essa porcentagem está: “Tanto tanto”; “O pequeno príncipe negro”; “Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!” e “Meu pai vai me buscar na escola”.

4.4 Lei 10.639/03 e Formação dos Professores

Ao entrevistar as professoras da instituição, obtivemos muitas informações acerca da realidade sobre a prática docente na temática das relações étnico-raciais. Questionadas sobre a Lei 10.639/03, a Professora 1 afirmou ter algum conhecimento superficial “algo sobre o ensino das relações africanas, mas não lembro exatamente sobre o que é não”, já a Professora 2 expôs “confesso que não conheço... é, não tô lembrada. Mas acredito que deve ser da consciência negra, né?”. Isso revela a limitação que a lei enfrenta, pois, apesar dos 20 anos de existência, o seu alcance continua sendo restrito e sem uma ampla divulgação. Esse fato é entendido como um exemplo prático da declaração de Rocha (2006), que coloca o racismo como um elemento que está solidificado dentro da estrutura das relações sociais, ou seja, a criação da lei não é o suficiente para que ela seja de fato implementada. É fundamental que ocorra uma fiscalização para garantir que esse direito esteja sendo atendido.

Em relação à formação inicial, as duas professoras relataram que não tiveram nenhuma disciplina, palestras ou algum evento sobre a temática das relações étnico-raciais durante o período de faculdade. Até o presente momento, quase 30 anos depois, a disciplina de relações étnico-raciais ainda não é ofertada de maneira obrigatória no curso de pedagogia em todas as universidades. Algumas universidades apresentam uma disciplina obrigatória para abordar esse assunto, outras disponibilizam de maneira eletiva, ou seja, os estudantes que irão julgar se é necessário e do seu interesse estudar sobre essa temática. Contudo, depois de formados e atuando dentro das salas de aula, precisarão garantir que os direitos das crianças sejam atendidos, visto que existe uma lei que obriga o ensino desse conteúdo. Como os professores irão proporcionar experiências positivas para expor a pluralidade étnica e cultural existente no País, se além dos desafios já encontrados, falta também o conhecimento que deveria ter sido construído na formação básica de professores.

Depois da graduação, as professoras também não tiveram interesse de buscar nenhum minicurso que tratasse dessa temática. Já na Rede Municipal de Recife, as professoras têm acesso e participam de uma formação continuada por mês, questionadas sobre os temas dessas formações, as professoras informaram que a temática racial só aparece no mês de novembro por causa do Dia da Consciência Negra e nessa formação os professores recebem uma série de atividades que podem ser desenvolvidas com as crianças nesse período. Mas ao longo do ano não aparecem novamente. De acordo com as professoras, o brincar e a ludicidade são os temas que dominam as formações continuadas dos professores da educação infantil.

Uma Rede Municipal tão grande quanto a de Recife, expor essa precarização de formações na temática das relações étnico-raciais para docentes é entendido como uma falta de interesse dos setores responsáveis. Essa precarização é analisada como uma das justificativas para que a Lei nº 10.639/03 não seja cumprida de maneira efetiva, pois dificulta que professores tenham acesso a determinadas informações e reflexões que a formação iria intermediar (Santos; Paulo; Daxenberger, 2014).

Dessa forma, se o profissional não tiver o interesse pessoal de buscar conhecimentos sobre a temática étnico-racial, dificilmente ele dará a devida importância para esse assunto, visto que esse estudo não é incentivado por instâncias superiores. Com isso, evidencia-se uma série de profissionais da educação despreparados e que se baseiam em concepções pessoais, invés de fundamentos teóricos necessários para trabalhar de maneira efetiva tal conteúdo. Por fim, Gomes (2012) afirma que:

Uma educação voltada para a produção do conhecimento, assim como para a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos para (e na) diversidade étnico-racial, significa a compreensão e a ampliação do direito à diferença como um dos pilares dos direitos sociais (2012, p.22).

4.5 Planejamento e escolha dos Livros Literários

Quando indagadas sobre como se dá o planejamento e o uso dos livros infantis, as professoras relataram que a coordenadora define um tema para ser trabalhado mensalmente e os professores se reúnem para definir qual subtema será desenvolvido em cada semana. A escolha do livro que será utilizado, é feita de acordo com cada tema, como afirma a P1 “Eu uso toda semana. Escolho de acordo com o tema que a coordenadora deu, os que mais se encaixam. Às vezes uso os que tenho em casa, às vezes procuro na internet uma contação que seja mais rapidazinha já que eles não se concentram muito”. Completando essa fala, a P2 também utiliza da justificativa de não concentração das crianças para realizar uma baixa

frequência de contação de histórias: “eles não ficam quietos e isso atrapalha na hora de contar alguma história”.

Nenhuma das professoras mencionou o uso dos livros que estão presentes no acervo da instituição. No momento em que são questionadas, a P2 respondeu: “aqueles livros servem mais pros ADI’s usarem no turno da tarde, eu já usei duas ou três vezes, mas ali é muito bagunçado para pegar qualquer coisa. Prefiro procurar em outros lugares”. Entretanto, depois que a reforma na sala de recursos foi finalizada, os livros foram organizados no armário e na prateleira. Quanto a P1, sua resposta foi:

Como eu te disse, eles ficam muito agitados na contação de histórias. Então eu prefiro as histórias mais curtinhas que tem no Youtube e que geralmente as professoras já dão sugestões de como apresentar pra eles, sabe? Fica mais dinâmico, eles gostam mais assim. Eu uso cartolina pra fazer um cartaz, peço ajuda a P2 e ela faz uma roupa simples de tnt, uso papel pra fazer os personagens... vou me virando assim.

As professoras informaram não ter conhecimento que alguns livros depois de passarem um ano guardados, foram jogados fora por causa dos danos que o alagamento trouxe para a creche. Assim como também ainda não tinham procurado saber quais livros chegaram na última remessa enviada pela Prefeitura.

Na primeira aula observada, a P2 utilizou o livro “o cabelo de Lelê” para conversar com as crianças sobre as diferentes texturas e tamanhos de cabelo que existe entre as pessoas, ela também propôs que as crianças observassem os cabelos uma das outras e descrevessem as diferenças. Ainda nessa aula a professora realizou com as crianças a atividade de reproduzir o cabelo de Lelê com algodão pintado de preto. A segunda aula foi iniciada com a contação da história “o menino de todas as cores”, que gerou um diálogo sobre a diversidade encontrada nos tons de pele e nos traços do rosto, como nariz e lábios. Nas duas aulas as crianças interagiram muito e participaram ativamente da conversa mediada pela professora. Foi muito perceptível a empolgação e interesse deles no assunto.

Durante a primeira aula observada na sala da professora 1 foi realizada a contação da história do guepardo que não tinha pintas, as crianças não participaram muito, mas aparentavam estar prestando atenção. Já no momento da atividade eles ficaram mais falantes e envolvidos na dinâmica, a atividade consistia em pintar o guepardo e depois fazer as pintas com tinta preta e cotonete. Na segunda aula observada, a professora fez um circuito com os novos brinquedos feitos de madeira que a Prefeitura enviou. As crianças ficaram bastante agitadas e empolgadas, foi notável o quanto estavam gostando e se divertindo.

4.6 Práticas Pedagógicas dos docentes em relação à construção da identidade das crianças negras

Buscando diagnosticar quais práticas pedagógicas as professoras utilizam para contribuir na construção e valorização da identidade das crianças, foi perguntado como ocorre a promoção do ensino da diversidade racial dentro de sala de aula. A P1 explicou:

Eu trabalho com historinhas e vídeos sobre racismo. É porque aqui eles não entendem muito, são muito pequenininhos. Eu falo mais sobre isso com os alunos da tarde, que são maiores, mas eu uso aqueles livros tipo... “menina bonita do laço de fita” e “o cabelo de lêlê”. Gosto muito dessas duas! Tem as bonecas daqui também, já usei elas pra falar das cores. Eu já até perguntei a eles pela cor, mas eles são muito pequenininhos, não percebi eles parando pra falar disso não.

Já a P2 relatou que:

Antes eu não costumava fazer muito isso não, mas em outubro chegou uma criança que nas primeiras semanas eu percebi que ela tem uma aversão a tudo que for preto. Ela é negra, mas não quer pintar nenhum desenho de preto, não quer pegar as bonecas pretas, os personagens pretos que coloco na televisão ela diz que são feios. Na semana da consciência negra nós fizemos abayomî, ela falou que era uma coisa horrível e se recusou a fazer uma. A ADI da sala fez e foi entregar a ela, mas ela jogou a dela do outro lado da grade. Então, eu to tentando de várias formas fazer com que ela mude essa percepção que ela tem.

Essa última fala reforça que a temática das relações étnico-raciais está fundamentada numa perspectiva que visa reparar ou solucionar um problema, e não como um conteúdo importante que está incorporado à construção social infantil. De acordo com Cavalleiro (2001), essa criança está passando por uma rejeição racial por causa da falta de referências positivas que ela está tendo para construir sua identidade racial, seja no âmbito familiar, escolar ou nos dois.

A Professora 2 continua:

Então uma vez na semana eu trago uma história, um vídeo, uma atividade... qualquer coisa que fale sobre a questão racial pra ajudar ela nisso. Não aprofundo como um adulto, mas falo das características para mostrar a eles a diferença entre eles mesmos. O tipo de cabelo, a cor da pele. A gente também costuma mostrar pra eles vídeos e trazer as bonecas para eles brincarem.

Sendo assim, se baseando nas falas das professoras, percebe-se que o trabalho realizado na educação infantil a respeito do ensino e valorização da história e cultura afro-brasileira se dá através do reconhecimento, aceitação e respeito às características fenotípicas. De acordo com Gomes (2012) “... as pessoas aprendem a ver negros e brancos como diferentes na forma como são educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas na forma de ser e ver o Outro, na subjetividade e nas relações sociais mais amplas”. As professoras entram em concordância quando afirmam que a melhor forma de

combater o preconceito é conversando com as crianças sobre a igualdade dos indivíduos, estimulando que a cor da pele não os tornam melhor ou pior que alguém.

A P2 comunica que a partir do momento que começou a trabalhar com frequência essa temática em sala, as crianças ficaram mais participativas quando se reconhecem nas experiências propostas:

(...) aqui muitas delas têm uma percepção boa e já se identificam, principalmente quando eu trago as bonecas e coloco vídeos. Alguns deles percebem a semelhança com os desenhos, deles mesmos e dos outros: “parece o cabelo de Fulano” “a cor do olho de beltrano”. Quando eles se reconhecem, ficam mais falantes.

A construção da identidade dessas crianças interfere diretamente no respeito às diferenças e no aumento da autoestima, afinal, é reconhecendo seu potencial que se sentem capazes de alcançar tudo que desejam e sentem orgulho de quem são. O educador deve assumir esse papel de realizar as intervenções necessárias para construir uma educação antirracista, superando os preconceitos e discriminações.

Gomes afirma:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana (2005, p.41).

Ou seja, quando a P2 começa a trabalhar questões de identidade das crianças, ela entende a importância de priorizar esse conteúdo para as crianças de escola pública que são em sua maioria negras e pardas. A professora assume o papel de propiciar a essas crianças vivências que auxiliem na construção de sua identidade, por meio de conversas e representações positivas sobre suas características físicas e a cultura afro-brasileira.

Durante as observações, foi possível identificar que a Professora 2 nas duas aulas observadas utilizou as rodas de conversas como ferramenta para fazer as crianças refletirem sobre as suas características e as dos outros, relacionando os traços e definindo quais são iguais e quais são diferentes. Observação que posteriormente foi confirmada pela mesma, no decorrer da entrevista, quando ela falou:

Eu uso principalmente do eu, o outro e nós, porque é justamente onde a gente trabalha as características das crianças, seu jeito. Se é parecido ou diferente dos outros, todos nós temos semelhanças e diferenças das outras pessoas e é isso que as crianças precisam entender desde novas.

Paralelo a isso, a P1 afirma não perceber nenhuma reação diferente nas crianças, quando são apresentadas a personagens com características físicas parecidas com as delas. Mas ela reconhece a importância dessa prática, assim como critica a falta de incentivo

existente para que os professores trabalhem frequentemente com essa temática racial “Acho que é porque as pessoas não dão a devida importância, durante o ano todo só se toca nesse assunto na semana da consciência negra. Não é incentivado hora nenhuma, aí acaba passando batido com o tanto de demandas que temos que dar conta durante o ano.”

Apesar de criticar o baixo nível de relevância com o qual tratam do assunto das relações étnico-raciais, a professora 1 admitiu que sua prática pedagógica também falha nesse aspecto. De acordo com Carvalho (2005), isso se dá pelo motivo dos professores não assumirem seu papel de construtores de uma educação plural e inclusiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado do interesse de entender quais caminhos pedagógicos os professores trilham, para trabalhar sobre as relações étnico-raciais dentro das salas de aula com as crianças da educação infantil. A fragilidade da inserção da Lei 10.639/03 no espaço escolar está relacionada à falta de formação inicial e continuada dos professores acerca das temáticas raciais, já que uma formação docente que não se compromete com essa pauta desde a formação inicial, gera um grupo de profissionais que se destaca por fazer movimentos particulares quando deveria ser o coletivo docente efetivamente engajado nessa luta da educação antirracista.

A universidade, assim como a escola, deve assumir o seu compromisso social em disponibilizar seu espaço para debates e produções de conhecimentos que valorizem a diversidade racial existente, colaborando para o enraizamento da educação das relações étnico-raciais no País.

Os objetivos, gerais e específicos, foram atingidos através do levantamento de livros existente na instituição com a temática racial, cujo número é muito reduzido e não favorece que o trabalho docente seja realizado de forma efetiva e intensa. Por outro lado, foi identificado outros materiais didáticos, como as bonecas e os fantoches, que também podem e devem ser utilizados para auxiliar na construção das identidades das crianças negras. Além disso, por meio das falas das entrevistadas foi possível compreender as concepções delas acerca dessa importância do ensino da educação das relações étnico-raciais, e quais práticas elas utilizam em salas de aula para valorizar a história e cultura africana.

Assim como, entendemos que, de acordo com as professoras, o critério utilizado para a escolha dos livros infantis é a facilidade de acesso e a relação com a temática definida para aquele mês. Dessa forma, a diversidade racial dos personagens não é levada em consideração

para utilizar um livro, exceto quando se está na semana da consciência negra ou combatendo a discriminação já existente entre as crianças.

É fundamental que essa temática continue se ampliando e se tornando cada vez mais frequente dentro dos espaços educativos, sejam eles públicos ou privados, isso possibilita a reflexão das crianças sobre suas histórias, culturas, experiências, identidade e ancestralidade. Dessa forma, elas estarão tendo a oportunidade de se conhecer, conhecer os outros e desenvolver um olhar múltiplo e coletivo sobre os indivíduos.

Por fim, é inegável que ainda existe um longo caminho a ser percorrido, para que as futuras crianças não sofram durante o processo da construção de sua identidade. É necessário oferecer aos universitários e futuros professores, uma formação docente comprometida em erradicar as desigualdades raciais para assim, darmos grandes passos na direção da garantia dos direitos essenciais da população negra brasileira.

6. REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Flávia. **Representações de infância e literatura para crianças: duas faces de uma mesma moeda.** In: COENGA, Rosemar (org.). *A leitura em cena: literatura infanto-juvenil, autores e livros.* Cuiabá: Carlini & Caniato, 2010.

ARAÚJO, Débora Cristina de. **As relações étnico-raciais na Literatura Infantil e Juvenil.** *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, maio/jun. 2018, p.61-76.

ARAÚJO, Emanuel. **Viva Cultura Viva o Povo Brasileiro.** São Paulo: Museu Nacional, 2007.

BENTO, M.A.S (Orgs.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.** Brasília: SECAD, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil /Secretaria de Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

CARVALHO, Cristina. Espaços de cultura e formação de professores/monitores. In: **Museu, Educação e Cultura: encontros de crianças e professores com a arte**. LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana E. (orgs.). São Paulo: Papirus, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo. Contexto. 2012.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo. Summus, 2001.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social – Teoria, Método e criatividade**. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Cap.3, p 51-64.

FEIFEL, Bianca. Educação antirracista: 20 anos da implementação da lei 10.639 nas escolas do DF. **Brasil de fato**, 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/17/educacao-antirracista-20-anos-da-implementacao-da-lei-10-639-nas-escolas-do-df>> Acesso em: 28 de ago. de 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Geledés e Instituto Alana mapeiam ensino de história e cultura afro-brasileira. **Alana**, 2023. Disponível em: < <https://alana.org.br/lei-10639-ensino/> >. Acesso em: 09 de ago. de 2023.

GOMES, J. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social; a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Brasília. Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. UFMG, 2011.

GOMES, Nilma Lino. (Org.) **Indagações sobre currículo : diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007, p. 17-47.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** UFMG, Faculdade de Educação, 2002.

GONÇALVES, L., & Silva, P.. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação, 15, 2000, p.134-158.

KRAMER, S. O que é básico na escola básica? Contribuições para o debate sobre o papel da escola na vida social e na cultura. In KRAMER, S.; LEITE, M.I. (Orgs.) **Infância e produção cultural**. Campinas. Papirus, 1998.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. GEN, Rio de Janeiro, ed. 2º, 2013, p.12-5; 29-52.

Marcelli, Mariana de Paula. **Personagens negros na literatura infantil brasileira: relações étnico-raciais**. Guarulhos, 2021.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MUNANGA, Kabengele (org.) – **Superando o Racismo na Escola**, 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, dez 2015, p.20-31.

PEREIRA, R. S.; CIRQUEIRA, N. S.; SOUZA, E. Q.; LEMOS, E. S. Era uma vez... A literatura infantil e as relações étnico-raciais na escola de educação infantil e ensino fundamental I. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, 2017, p.3360-3371.

PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Agência IBGE Notícias**, 2020. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio> >. Acesso em: 29 de jul. de 2023.

RECIFE. Prefeitura. Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife**: educação infantil. Organização de Alexandra Felix de Lima Sousa, Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Nyrluce Marília Alves da Silva Recife: Secretaria de Educação, 2021. (Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, v. 2).

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2006.

SABINO, G.; CALBINO, D.; LIMA, I. **A trajetória dos movimentos negros pela educação: conquistas e desafios**. *Linhas Críticas*, 28, e 40739, 2022.

SANTOS, Marília da Silva; DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; PAULO, Raphael Cavalcante. A importância da formação docente para o cumprimento da lei 10.639/03: curso de extensão educar para a diversidade. Anais I CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: < <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8387> >. Acesso em: 12 ago. 2023.

SANTOS, S. A. **A Lei n. 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro**. In: BRASIL. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília, DF: SECADI [Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade], 2005. (Coleção Educação para Todos.)

SILVA, Marta Regina Paulo da; SANTOS, Cleia Souza. **A literatura afro-brasileira em um Centro de Educação Infantil do município de São Paulo**. Revista Cocar, V.14 N.28 Jan./Abr./ 2020, p.664-680.

VENTURA, Magda Maria. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Rev SOCERJ. 2007